

Estratégias de transformismo - III

A estratégia eleitoral do grupo que veio a ser chamado de **Centrão** durante a Assembléia Constituinte e de **Convergência Democrática** em 1989, começou a ser elaborada ainda no primeiro semestre de 1985, visando as eleições municipais daquele ano, as eleições gerais de 1986 (governadores, dois terços do Senado, Câmara Federal e Assembléias Legislativas) e finalmente a tão esperada eleição presidencial (direta) em 1988, 1989 ou 1990.

Na avaliação deste grupo muito ligado aos empresários nacionais e multinacionais (rurais e urbanos), a eleição da Constituinte era uma etapa muito importante neste processo de tentar, dentro do possível, manter o **status quo**, ou ceder o mínimo possível na elaboração da nova Carta.

A batalha era semelhante à da luta travada no pleito de 1962 (quando também dois terços do Senado estavam em jogo), quando as forças progressistas mediam forças para tentar implantar as chamadas reformas de base via maiorias no Congresso Nacional a partir de 1963 — reformas estas que teriam elvado a cabo transformações estruturais profundas na economia e sistema político no Brasil. Em parte, as reformas propostas pelas forças progressistas nos meados dos anos 80 eram semelhantes às propostas de 1962, só que naquela época estava em vigor a Carta de 1946 que dava plena liberdade à imprensa e à sociedade civil; mas, em 1985-86 ainda vigorava a Carta militar de 1967-69 com todo seu **entulho** autoritário em vigor. Por outro lado, para adotar as reformas de base em 1963-64, era necessário um quorum de dois terços do Congresso Nacional para alterar a Constituição; mas, para efetuar mudanças durante a Constituinte de 1987-88, o quorum seria de apenas a maioria absoluta (50 por cento mais um dos Constituintes). Por estas razões, a classe empresarial se mobilizou, arregaçou as mangas e abriu seus cofres com muito mais afinco de que no pleito de 1962. Calculou-se que nas eleições de 1986 foram gastos algo em torno de 2 milhões de dólares; uma soma sem precedentes, mesmo em eleições no Hemisfério Norte.

A estratégia de 1985, de tentar “quebrar o pote do PMDB, especialmente nas capitais, foi até razoavelmente bem-sucedida, sendo que nas sete maiores capitais, o PMDB somente conseguiu eleger dois prefeitos (Salvador e Belo Horizonte). No início de 1986 parecia que o PMDB estava fadado a implodir (facções pró e contra o governo Sarney, e marchar desunido para as urnas em novembro daquele ano. Mas, foi salvo pelo gongo do Plano Cruzado I, que forçou a reintegração do partido, que marchou unido para uma estrondosa vitória em novembro daquele ano, na esteira da popularidade daquele Plano que foi traçoicamente modificado em 16.11.86, com as urnas ainda abertas.

Porém, para as forças progressistas do PMDB esta foi apenas uma vitória aparente, pois em muitos estados, principalmente no Nordeste, o PMDB havia aberto a sua legenda para um grande fluxo de ex-adeptos da Arena e/ou PDS que buscavam um abrigo seguro para a sua eleição ou reeleição debaixo do guarda-chuva conveniente do PMDB. Na Bahia, por exemplo, políticos tradicionais como Jutahy Magalhães, o filho deste, Luiz Vianna Filho e seu filho, Prisco Vianna, etc., defrontaram com o fato de que seu arquiinimigo, Antônio Carlos Magalhães, ter fechado todos os espaços políticos alternativos (PDS, PFL e PTB).

Assim, só restava a alternativa do PMDB, que por sua vez os recebeu de braços abertos, sendo que o partido e seu candidato, Waldir Pires, esperaram uma eleição muito apertada em 1986, e qualquer adesão que trouxesse mais um punhado de votos seria bem-vinda. Pela ironia do destino, são justamente os votos destes **moderados** que foram decisivos para muitas das vitórias estaduais do PMDB em 1986, que agora em 1989 não são bem-vindos aos palanques do PMDB de Ulysses e de Waldir.

Foi neste contexto que o PMDB chegou à Constituinte em 1987, com quase 40 por cento da sua bancada originária da classe proprietária/capitalista e com 72 elementos oriundos da antiga Arena ou do PDS. Ou seja, sendo que não foi possível “quebrar o pote” do PMDB de vez, pelo menos vamos tentar minar este partido carro-chefe dos progressistas por dentro com a nossa gente”.

A história da Constituinte já é bem conhecida, na qual a primeira grande batalha se travou logo no início sobre o Regimento Interno, cuja orientação progressista era de tentar remover todo o chamado “**entulho** autoritário” (Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, Lei de Imprensa, Poderes excepcionais do Presidente, restaurar as prerrogativas do Congresso etc), antes de se iniciar os trabalhos da Constituinte, para que esta pudesse trabalhar mais tranquilamente, sem sofrer pressões do Poder Executivo. As Forças Armadas chiaram alto e claro que isto “era uma traição aos entendimentos acertados com Tancredo Neves em novembro de 1984”, e, finalmente, nada se fez neste sentido.

Após a apresentação do relatório final da Comissão de Sistematização presidida pelo senador Afonso Arinos e relatada pelo deputado Bernardo Cabral, que previa um mandato presidencial de quatro anos (eleições diretas para presidente em novembro de 1988) e um sistema parlamentarista de governo (já em 1988), entre outras inovações progressistas, o **Centrão** desesperou, e no mês seguinte (dezembro) convocou seus efetivos a Brasília, para alterar o Regimento Interno para enfrentar as votações em primeiro turno em 1988.

Pela primeira e única vez, o **Centrão** conseguiu mobilizar todos os seus efetivos em plenário, em 23 de março de 1988 (presença total dos 559 constituintes) para aprovar o presidencialismo e o mandato de cinco anos para o presidente Sarney e seus sucessores. Os “estímulos” para esta mobilização do **Centrão** foram calculados em cerca de 90 milhões de dólares em benefícios diretos e indiretos, distribuídos num espaço de dez dias.

Após jogar quase todas as suas fichas nesta rodada, ficou muito difícil para os líderes do **Centrão** manter seus efetivos em Brasília para o restante do primeiro turno e os progressistas conseguiram adotar várias medidas reformistas, que, se regulamentadas nos próximos meses (ou anos) surtirão mudanças significativas. Para que isto não acontecesse, logo em agosto de 1988, o presidente Sarney colocou em ação a chamada **Operação Desmonte**, para: 1) desmontar seletivamente o Estado; 2) desmontar o “novo federalismo” adotado pela Constituinte; e, 3) processar um desmonte da própria Constituição nova, via decretos, pareceres, portarias etc.

Enquanto estas batalhas e escaramuças evoluíram em Brasília, o grupo, procurando estabelecer uma nova hegemonia, estava articulando a todo vapor um plano para vencer as eleições diretas de 1989.